

Vassalagem acadêmica e alteridade a partir de uma experiência universitária

Erisvaldo Pereira dos Santos¹
Universidade Federal de Ouro Preto

Resumo: Este trabalho é resultado de uma reflexão realizada para o Memorial Acadêmico de Professor Titular da Carreira de Magistério Superior. Seu objeto é constituído por experiências vivenciadas e práticas existentes no interior de universidades brasileiras. Seu objetivo principal é desenvolver o conceito de “vassalagem acadêmica”, a fim de demonstrar que se trata de uma relação política e existencial de sujeição que abafa o dissenso, nega a alteridade, e impede o desenvolvimento do espírito crítico e da emancipação política. O pressuposto é de que nos territórios dos feudos acadêmicos o ostracismo funciona como uma maneira de afastar, segregar e excluir sujeitos insubmissos que se insurgem contra a condição de vassalos.

Palavras-chave: vassalagem acadêmica; alteridade; espírito crítico; universidade.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. **Vassalagem acadêmica e alteridade a partir de uma experiência universitária.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 11 (26): 137-156, maio a agosto de 2024. ISSN: 2358-5587

¹ Professor Titular no Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto, atua o curso de Pedagogia, na formação de professores (as), no Mestrado e Doutorado em Educação. É ativista do movimento social negro e babalorixá no Ilê Axé Ogunfunmilayo em Contagem-MG

Academic vassalage and otherness from a university experience

Abstract: This work is the product of a reflection made for an Academic Memorial of the Full Professor of the Higher Education Career. It is based on experiences and practices lived by Brazilian universities. The main purpose is to develop and explore the concept of "academic vassalage" with the intention of demonstrating that it is a political and existential relationship of subjection that represses dissent, denies otherness, prevents the development of critical spirit and political emancipation. The hypothesis is that, in the territories of academic fiefdoms, ostracism runs as a alienating, segregating and excluding way for unsubmissive individuals who rebel against the condition of vassal.

Keywords: academic vassalage; otherness; critical spirit; university.

Vasallaje académico y alteridad a partir de una experiencia universitaria

Resumen: Esto trabajo es el producto de una reflexión realizada para el Memorial Académico del Profesor Titular de la Carrera de Educación Superior. Se basan experiencias vividas y prácticas observadas en el interior de universidades brasileñas. El objetivo principal es el de desarrollar y explorar el concepto de "vasallaje académico", con intención de demostrar que se trata de una relación política y existencial de sujeción que reprime el disenso, niega la alteridad, impide el desarrollo del espíritu crítico y de la emancipación política. La hipótesis es que, en los territorios de los feudos académicos, el ostracismo funciona como una manera de alejar, segregar y borrar individuos insumisos que se insurgen contra la condición de vasallo.

Palabras clave: vasallaje académico; alteridad; espíritu crítico; universidad.

Uma parte da reflexão apresentada neste trabalho ensaístico foi desenvolvida no Memorial Acadêmico de Professor Titular da Carreira de Magistério Superior de uma universidade federal onde atuo como professor desde 2006. A sessão de defesa do Memorial foi pública e contou com a apreciação e avaliação de quatro professores(as) titulares. Tratou-se de um primeiro momento de apresentação do conceito de vassalagem acadêmica em processo de desenvolvimento, a partir de uma crítica sobre experiências vivenciadas no espaço acadêmico. A outra parte discutiu o conceito de alteridade, que já foi desenvolvido como capítulo de um livro (SANTOS, 2016) discutindo e polarizando outra situação vivenciada nesse mesmo espaço.

A opção em reunir as duas partes se deu, no primeiro momento, em razão do tema/objeto deste dossiê. No segundo momento, o objetivo é o de apresentar um conceito que pode orientar perspectivas de relacionamento acadêmico diferente daquele que produz o que aqui é denominado de vassalagem acadêmica. O objetivo principal é problematizar as relações e práticas que se dão no processo de ingresso e inserção na vida universitária, a fim de contribuir para a construção de relações acadêmicas direcionadas ao desenvolvimento do espírito e uma verdadeira emancipação política.

O texto está organizado em cinco sessões e em algumas considerações finais que são preliminares e. Na primeira sessão, a história do surgimento da universidade no Ocidente comparece ao lado do método Escolástico Medieval como uma disciplina intelectual que se desenvolveu a partir da formação de corporações de estudantes e mestres que buscavam construir novos saberes para responder às questões próprias daquele tempo. O objetivo dessa sessão é apresentar a universidade como patrimônio histórico e de desenvolvimento intelectual. Na segunda sessão, o conceito de vassalagem é semanticamente deslocado do feudalismo medieval e apresentado como significando uma relação política e existencial de sujeição. Na terceira sessão, encontram-se alguns relatos e interpretação de situações que denotam vassalagem acadêmica. A quarta sessão versa sobre o conceito de alteridade como sendo um princípio ético e filosófico que pode orientar relações efetivamente emancipatórias. Na quinta sessão o conceito de vassalagem acadêmica é elaborado como uma prática de sujeição e eliminação do Outro.

A universidade como um patrimônio histórico e locus de desenvolvimento intelectual

O surgimento da universidade no Ocidente é resultado de vários fatores relacionados ao enfraquecimento de relações feudais, a partir do século XII. Dentre esses fatores encontramos o renascimento urbano e cultural do Medievo, o desenvolvimento das corporações de ofício, o fortalecimento de escolas urbanas, suplantando as escolas monásticas e, sobretudo, o interesse pela “criação de um espaço novo de construção e criação de saberes” (OLIVEIRA, 2007: 113). Conforme

o filósofo Henrique C. Lima Vaz, esse contexto é marcado por “profundas transformações políticas, sociais e econômicas que modificam a face do Ocidente latino no curso do século XII, prolongam-se e se acentuam durante o século XIII” (VAZ, 1986: 21).

Além desses fatores que marcaram o surgimento da universidade no Ocidente é importante destacar o debate científico e intelectual proporcionado pela tradução das obras de Aristóteles realizadas pelas escolas árabes, fato que levou o filósofo mineiro a identificar a “invasão do aristotelismo e da literatura filosófica árabe-judia” como um “agente específico de mudança” (VAZ, 1986: 21). Essa mudança se deu no contexto político-religioso da Cristandade, quando ocorreram disputas que colocaram a universidade “ora sob a chancela do poder laico, ora do papado” (OLIVEIRA, 2007: 114).

Embora o surgimento da universidade tenha suplantado o papel desempenhado pelas escolas monacais no contexto da Cristandade, as disputas e a alternância entre a chancela do poder religioso e do poder laico fizeram com que essa instituição significasse, ao mesmo tempo, mudanças e continuidades na maneira de criar saberes. Mesmo porque as respostas que eram dadas diante do renascimento urbano e do desenvolvimento das atividades comerciais começaram a ser desenhadas no seio de associações religiosas que se tornaram corporações de ofício. Em sua obra sobre o “Ocidente nos séculos XIV e XV: aspectos econômicos e sociais”, Jacques Heers afirma que desde o final do século XII, “a fraternidade dos carpinteiros” estudada por M. de Boüard: “(foi) primeiro, associação religiosa, depois *ofício* organizado em verdadeira corporação profissional” (HEERS, 1981: 271). Esse é um dado que evidencia mudanças e permanências em uma das organizações que reunia homens em torno de vivências e saberes técnicos e religiosos.

O papel social desempenhado pelos homens de saberes no processo de consolidação da universidade medieval, além de uma aproximação com o poder, resultava na permanência de relações de vassalagem com relativa autonomia, ora diante do papa, ora diante do príncipe, para assimilar e questionar os antigos conhecimentos teológicos ou filosóficos. O método de ensino desenvolvido no Medievo foi o escolástico, que era organizado em dois momentos: o da *lectio*, exposição que se referia quase sempre à elucidação do sentido de um texto de autoridade reconhecida; e a *disputatio* que pressupunha a resolução de um problema após o exame de argumentos prós e contras. Conforme afirma Vaz, “com os métodos da *lectio* e da *disputatio*, temos os instrumentos essenciais com os quais foi construído o universo intelectual que se chamou a Escolástica medieval” (VAZ, 1986: 24).

O historiador José D’Assunção Barros afirma que “a Escolástica guarda, antes de tudo, íntimas relações com a Universidade” (BARROS, 2013: 158). Trata-se de um produto da cultura eclesiástica cujo fundamento era o princípio da autoridade de textos canônicos que variavam conforme quatro áreas do saber: Filosofia, Medicina, Direito e Teologia. Com efeito, “a escolástica, na sua idade áurea, não formou um bloco doutrinário rígido e coerente, mas mostrou-se como um mundo intelectual em plena efervescência, agitado por tensões e oposições” (VAZ, 2002: 37).

A interpretação vazeara sobre o papel desempenhado pela Escolástica como método de ensino universitário historicamente datado, que agitou tensões e oposições do ponto de vista intelectual, é uma posição laudatória de um erudito brasileiro. Por sua vez, Paul Monroe, em sua obra “História da Educação”, afirma de forma conclusiva que o desprezo moderno sobre os escolásticos “baseiam-se na

incompreensão de seus pontos de vista e de seus interesses. Para eles a todas as questões deviam ser dadas uma forma filosófica e um sentido teológico” (MONROE, 1958: 139). O que se deduz desses enunciados é que a Escolástica como método intelectual e o surgimento da Universidade por meio das corporações de estudantes e mestres responderam a questões relacionadas às exigências sociais e históricas do Medievo. Em razão disso, não há como negar a compreensão da “universidade como patrimônio histórico, portanto, como uma instituição cuja preservação e recordação são necessárias” (OLIVEIRA, 2007: 114).

As querelas e disputas intelectuais daquele contexto histórico podem até ser desprezadas por teóricos de nossa contemporaneidade do mesmo modo como nossas abordagens teóricas e empíricas poderão vir a ser desprezadas no futuro. Os nossos problemas, as nossas disputas, os nossos pontos de vista e os nossos interesses são bem distintos dos homens de saberes medievais. Porém, não podemos deixar de ser tributários, sem ser vassalos, desse patrimônio histórico que é a universidade como *locus* sempre atualizado de elaboração de novos saberes que contribuem para o desenvolvimento do espírito crítico e da emancipação. É nesse contexto atual que comparecem as agendas política e intelectual relacionadas aos marcadores de diferença sociais, como classe, sexualidade e orientação religiosa etc. Tais agendas dizem respeito à relação com a alteridade. No entanto, ora essas questões são consideradas como identitárias, ora como meramente ideológicas. *Mutatis mutandis*, no que diz respeito à realidade concreta a que se referem essas agendas atuais na universidade e na sociedade como um todo, podemos pensar que estas podem, por analogia, ser comparadas com as disputas entre questões filosóficas e teológicas do Medievo.

As abordagens teóricas e interpretativas utilizadas para analisar essas questões operam por meio do princípio lógico da exclusão porque, do mesmo modo como as questões filosóficas do aristotelismo ameaçavam a presumida harmonia da Cristandade medieval, essas questões ameaçam privilégios estabelecidos e visões de mundo e de humanidade convenientemente consolidadas. O outro, o diferente, aquele que não reza pela minha cartilha religiosa e teórica, e não vive conforme o meu modo de vida, além de não receber a minha proteção e os benefícios que dela resultam, também não poderá viver ou conviver no meu mundo. O que se busca construir tem a ver com relações de lealdade, de fidelidade e de dependência. Trata-se de uma forma de relação política e existencial de sujeição, em que se abafa o dissenso e se nega a alteridade, que pode ser comparada com a vassalagem.

O conceito de vassalagem: do léxico feudal para o contexto das relações acadêmicas

A identificação de vassalagem no contexto do surgimento da universidade medieval pode ser realizada a partir do texto “Léxico feudal” do historiador José Mattoso (1988: 34-5), para quem “o léxico feudal é variado e abundante. Remete para instituições precisas, mas usa-se nas mais variadas circunstâncias, e aplica-se a inúmeras situações da vida quotidiana. Não tem uma área semântica estanque” (MATTOSO, 1988: 34-5). O historiador português prossegue sua exposição afirmando que “não só o termo *vassalo* se aplica ao dependente não nobre, como *servir* se estende à ajuda e conselhos feudais” (MATTOSO, 1988: 35). Nessa condição, também alguns nobres vivenciavam essa relação de sujeição e dependência pessoal da casa real ou de grandes senhores.

A partir do sentido de vassalo expresso pelo historiador José Mattoso, a definição do termo vassalagem acadêmica se dá por meio da apropriação semântica de uma relação social, política e existencial de sujeição existente no feudalismo, em que princípios como a lealdade e a fidelidade resultavam em níveis de dependência e de subserviência verticalizadas entre o vassalo, o senhor feudal e demais membros da nobreza. Apelar para um historiador português usando um termo que se refere à realidade europeia, quando nossos teóricos insistem na crítica ao eurocentrismo e em prol de abordagens denominadas “decoloniais” é, em si, uma posição contra a vassalagem acadêmica.

Por meio de um deslocamento que envolve circunstâncias de tempo, espaço, pessoa e instituição, estou designando de *vassalagem acadêmica* as relações pessoais de sujeição política e existencial que se dão no interior de universidades brasileiras entre sujeitos – estudantes, técnicos (as), pesquisadores (as) e professores (as) – em posições sociais pretensamente simétricas, mas que na prática resultam assimétricas porque evidenciam dependência, lealdade e fidelidade, sem desprezar aspectos da condição social.

A partir desses deslocamentos, ressalto que a base empírica dessa definição são experiências vivenciadas e conhecidas em universidades brasileiras. Como quaisquer outros conceitos já desenvolvidos pelo intelecto humano, *vassalagem acadêmica* não dá conta de toda a realidade. Aliás, a pretensão hegeliana de subsumir a realidade no conceito já foi descartada por muitos teóricos da Sociologia do Conhecimento e da Filosofia. As experiências pessoais que estão na base desse conceito não são estáticas e nem podem ser objeto de reprodução para testes de verificação. Como se trata de um trabalho intelectual para nomear criticamente experiências vivenciadas em contextos específicos, é importante afirmar que o critério utilizado para a validação desse conceito não está sujeito a uma prova lógica. Em se tratando de vivências que envolve a questão da alteridade em espaços acadêmicos, vale tomar emprestado o enunciado de Wittgenstein citado por Werner Spaniol (1989: 113): “Quem não entende porque falamos dessas coisas terá de tomar aquilo que dizemos como uma brincadeira inócua”.

Alguém pode até se recusar a realizar algum esforço para entender o motivo pelo qual experiências e vivências referentes às relações acadêmicas são nomeadas com um termo que pode ser considerado anacrônico. Todavia, qualquer sujeito que passe por tais vivências saberá que não se trata de “brincadeira inócua”. Estudantes, pesquisadores (as), professores (as) e técnicos (as) universitários(as) vivenciam esse tipo de relação. Diante dessa situação, sujeição e insurgência são ao mesmo tempo respostas políticas e existenciais que envolvem uma conjunção de interesses relacionados às convivências, conveniências e convivências que muitas vezes têm a ver com a luta pela sobrevivência e a condição social. Não se pode pensar que a vassalagem acadêmica afeta apenas pessoas que estão preocupadas em garantir os meios de subsistência. Há pessoas oriundas das classes abastadas que são política e existencialmente propensas à sujeição vassálica por convivências e conveniências.

A pergunta fundamental dessa reflexão é: como a vassalagem acadêmica se torna um tipo de relação política e existencial de sujeição que abafa o dissenso, nega a alteridade, impede o desenvolvimento do espírito crítico e da emancipação política?

Experiências e vivências no ambiente universitário que remetem às relações de vassalagem acadêmica

Para responder a essa questão a partir de experiências e vivências universitárias, apresento a seguir situações pessoais selecionadas no decurso de uma temporalidade de quase três décadas (1994-2022). Os fatos não serão relatados em sua inteireza. Quando os relatos forem necessários, serão omitidos os nomes de instituições e de pessoas envolvidas, a fim de evitar exposição e constrangimentos pessoais. Aqui é importante ressaltar que as pessoas mudam, porém as instituições, como a universidade, tendem a permanecer enquanto suas ações, por meio de conhecimento socialmente referenciado, estiverem respondendo às questões e atendendo aos apelos e interesses sociais e políticos de sua época.

Em um processo seletivo para o ingresso no Mestrado em Filosofia, no qual participei, a diferença de nota do último classificado para o primeiro aprovado, mas desclassificado em razão do número de vagas oferecidas, foi de dois décimos. O agravante nessa classificação é que uma das três pessoas que compunham a banca não participou da discussão do resultado. Além disso, o último classificado não tinha formação específica em Filosofia. Ao tentar compreender os motivos daquele resultado na chave do conceito de vassalagem acadêmica aparecem três elementos significativos: 1) O fato de ter cursado filosofia em uma instituição religiosa. 2) O fato de ter indicado um nome de orientador que era apenas colaborador do corpo docente daquela pós-graduação. 3) O fato de construir um projeto de investigação filosófica em torno de um objeto que não era bem aceito para a banca de seleção.

Atualmente, candidatos(as) que vivenciam esse tipo de resultado classificatório entram com recurso, a fim de obter esclarecimentos sobre o barema e as notas emitidas. Naquele momento existia essa possibilidade, mas não havia um indicativo de que o resultado poderia mudar, pois os prováveis fatores identificados como responsáveis pela desclassificação não iriam mudar. Eles indicavam que o candidato não tinha um perfil de formação e reflexão filosófica que interessasse à banca de seleção: única autoridade representante da instituição naquele certame. Aliás, o perfil de um candidato é algo sujeito a vários tipos de avaliações que envolvem questões objetivas e subjetivas que muitas vezes não são explicitadas nem em sigilo. Hoje, os marcadores sociais da diferença supracitados têm cotas institucionais em razão da luta dos movimentos sociais. Porém, o (a) candidato (a) que pode preencher os requisitos explícitos e implícitos no perfil exigido é sempre aquele (a) que na entrevista não apresenta indícios de que criará “problema de natureza política e teórica” nas relações pessoais e institucionais, ou seja, é preciso ser alguém que vá integrar-se e fortalecer determinada corrente teórica e prática que já está estabelecida no âmbito do programa. Isso pressupõe certa disposição tácita para se tornar dependente, fiel e leal aos líderes dessa corrente, ou seja, a pessoa precisa avaliar se quer tornar-se um (a) vassalo (a) de um feudo acadêmico.

Uma das condições para ingressar e ser integrado aos grupos e rituais da universidade é por meio da identificação, busca e aceitação de abordagens teóricas e empíricas que pressupõem o vínculo a uma determinada corrente de pensamento e ação política. Quanto mais cedo ocorrer esse tipo de vínculo, mais exitosa será a forma de inserção dentro da universidade. A pessoa que passa a se integrar a grupo de pesquisa sem fazer muitas críticas, além de proteção e apoio da liderança, receberá as condescendências e o livre conduto diante de possíveis dificuldades teóricas e práticas. Na sala de aula, nos trabalhos avaliativos, nas reuniões

do grupo, nos projetos de pesquisa, na produção acadêmica e na apresentação de trabalho essa pessoa com dificuldades teóricas receberá as indulgências em função de ser alguém protegido (a) por determinada liderança considerada como uma autoridade no assunto.

Por outro lado, se a pessoa que se integra a determinado grupo conseguir desenvolver um perfil acadêmico com avanços no nível da crítica e das refutações teóricas, as chances de continuar recebendo o apoio e a proteção da liderança serão mínimas. Sua presença no grupo, sua relação com a liderança, passa a ser vista com desconfiança. É como se ela estivesse sem o princípio de lealdade. Se sua presença no grupo for marcada por dissensos em relação aos argumentos teóricos e empíricos defendidos pela liderança, aos poucos ela será afastada de projetos importantes e não será convidada para eventos, o que culminará em sua exclusão e em um ostracismo implícito.

Se, ainda, em algum dia, em determinado evento, essa pessoa resolve aparecer sem avisar, estabelecer vínculos políticos e estratégicos, e a outros grupos se vincular, isso será visto como uma espécie de afronta. Se essa pessoa entrar em disputas que vão de encontro aos interesses de sua liderança anterior e conseguir vencer, ela receberá o desprezo, o ódio e o escárnio público e privado de todos os apoiadores da liderança que perdeu a disputa. Ela será considerada *persona non grata* no meio de muitos outros grupos que têm algum vínculo de amizade ou deferência com a liderança perdedora. Isso poderá acarretar vários prejuízos com tentativas de desqualificação e sabotagem aos projetos da pessoa vencedora.

Tal como no sistema feudal, o tributo a ser pago por alguém que se recusa a assumir uma relação de vassalagem vai aumentando progressivamente. É nesse contexto que se explica este ditado popular: “Aos amigos do rei, tudo; aos inimigos do rei, a lei!”. Como no feudalismo, a pessoa que se recusa à relação de dependência, de lealdade e de fidelidade a um suserano, tem que se afastar e sair do território. Ela sofrerá diversos tipos de boicote e perseguição. Não existe a possibilidade de uma reavaliação para o caso ou alternativa de sobrevivência.

É importante ressaltar que, internamente, os suseranos de feudos acadêmicos se mobilizam com a vassalagem para incrementar as pesquisas através de seminários, colóquios e publicações, indicar nomes para agência de fomento e associações nacionais, definir o currículo dos cursos, estabelecer as concepções fundamentais baseadas em teóricos estrangeiros, construir perfis e critérios para seleção de professores e de gestores educacionais. A maioria dos integrantes dos feudos defende uma educação democrática, crítica, participativa e socialmente referenciada. No entanto, se alguém se arvorar a discordar de procedimentos, criticar teoria e resultados de sua pesquisa será considerado(a) *persona non grata*. Além disso, se ainda este alguém não tiver uma performance humana e intelectual que reproduza a *mise en scène* da academia eurocêntrica, branca e racista, ele (ela) será sumariamente esquivado (a), invisibilizado(a) e colocado (a) no ostracismo, pois como afirma bell hooks (2013)², o silêncio e a obediência à autoridade são recompensados como condutas apropriadas na sala de aula. Por isso,

falar alto, demonstrar raiva, expressar emoções e até algo aparentemente inocente quanto uma gargalhada irreprimida eram coisas consideradas inaceitáveis, perturbações vulgares da ordem social da sala. Esses traços também eram associados à pertença às classes inferiores. (HOOKS, 2013: 236-7)

² O nome de registro de nascimento de bell hooks é Gloria Jean Watkins. Por enfrentamento político e a afirmação de um lugar de sujeito na teoria, em choque com a norma acadêmica estadunidense, ela atribuiu para si um novo nome registrado sempre em letras minúsculas. Decidi seguir a posição da teórica estadunidense registrando o nome bell hooks em minúsculo no corpo do texto, mas registrá-lo também em maiúsculo de acordo com a Norma Brasileira de Referência - NBR no sistema autor/data e nas referências finais para escritores e escritoras.

O pertencimento às classes inferiores é um agravante que dificulta o acesso de ativistas sociais ao Ensino Superior. As políticas de ação afirmativa vieram para compensar essa situação, mas o acesso à universidade não significa uma transição automática de mudança social. Os (as) senhores (as) dos feudos organizados em grupos de pesquisa costumam identificar, selecionar e formar seus (suas) vassallos (as) entre aqueles (as) estudantes que apresentam “condutas apropriadas” na sala de aula e nos eventos da universidade. Nas vivências e experiências de grupos coletivos, essas condutas, consideradas inapropriadas, expressam a vitalidade e o comprometimento diante do tema ou conteúdo discutido. Porém, isso não é interessante para boa parte dos (as) professores (as) universitários, cujas origens social e racial dificultam o desenvolvimento da indignação ética diante das desigualdades socialmente produzidas.

Por sua vez, aqueles (as) estudantes que atendem aos critérios da “conduta apropriada” e o interesse oportunista em integrar-se a um feudo acadêmico são conduzidos (as) desde a graduação para os programas de pós-graduação e carreira docente. Conheço poucos casos de desvio nesse percurso. A situação de vassalagem é construída a partir de um “nós” que nega o outro em sua alteridade. Por isso, quem não apresenta esse perfil é colocado no ostracismo. Para ser vassallo de um determinado feudo a pessoa tem de se sujeitar a pagar tributos que vão desde “pequenos serviços” até conseguir reunir condições para ser suserano de um feudo. Assim como no período feudal o senhor do feudo não era proprietário de suas terras, mas arrendatário; os (as) senhores (as) dos grupos de pesquisa também não são seus (suas) donos (as). Eles e elas mantêm e reproduzem o funcionamento do feudo por meio da “conquista” de vassallos que possam contribuir para aumentar sua produtividade e notoriedade.

Se até aqui não foi possível entender como a vassalagem acadêmica funciona no ingresso, como estudante, e na permanência na universidade, apresentarei duas situações distintas, ocorridas em momentos diferentes de minha trajetória acadêmica, relacionadas com bancas de avaliação de concurso público.

Em um determinado edital de concurso público que abrangia duas áreas relacionadas, mas distintas, apenas quatro candidatos(as) dentre os inscritos compareceram para realizarem a prova. Os membros da banca adentram ao recinto. Um membro externo, que estava como suplente, havia sido convocado para assumir o lugar de um membro da banca, considerado autoridade no tema do concurso. Esse membro externo já havia sido reprovado em outro concurso naquela instituição. Geralmente isso não resulta em um impedimento legal, mas é estranho o fato de essa pessoa aceitar participar como avaliador nesse tipo de certame. Seu vínculo em pesquisa, produção de conhecimento e relação afetiva com lideranças do campo lhe facultaram essa possibilidade.

Logo em seguida à chegada dos membros da banca de avaliação, adentrou ao recinto uma das pessoas que não pôde compor a banca em razão de interesses conflitantes envolvendo uma candidata. A banca se reuniu para deliberar sobre a presidência do certame e selecionar o ponto da prova escrita. A pessoa impedida pelo edital se achou no direito ético e político de participar da reunião dos membros da banca.

Quando os componentes da banca retornaram da reunião tivemos duas surpresas. A primeira, foi a indicação de um dos membros externos para presidir o certame. A segunda surpresa foi o fato de o ponto escolhido para a prova escrita ter sido um tema bem aderente ao escopo da pesquisa de uma das pessoas participantes do certame com vínculo de supervisão de estágio pós-doutoral com a

pesquisadora que, mesmo não fazendo parte da banca por impedimento legal, participou da reunião para definir a presidência e o ponto da prova escrita.

O resultado da avaliação eliminatória da prova escrita foi a reprovação dos dois candidatos de uma das áreas do concurso e a aprovação das duas únicas candidaturas da outra área. Na aprovação final, no primeiro lugar ficou a pessoa com vínculo de supervisão pós-doutoral e no segundo lugar, outra pessoa que era da mesma área. O certame não recebeu nenhum recurso legal, as pessoas eliminadas ficaram indignadas, mas não quiseram recorrer do resultado, a fim de se preservarem de exposição pública. Onde estaria a relação de vassalagem nesse caso específico?

Ao analisar esse resultado, poderíamos simplesmente considerar a possibilidade dos candidatos (as) da prova escrita terem tido um desempenho insatisfatório no desenvolvimento do tema que era bem direcionado. No entanto, pensando a partir do conceito de vassalagem acadêmica, estávamos diante de uma situação em que havia um perfil previamente selecionado para a vaga do concurso em razão de vínculos de dependência, lealdade e fidelidade a uma liderança de grupo de pesquisa. Do outro lado, estavam candidatos que poderiam ser conhecidos (as), inclusive por dissensões teóricas e políticas, mas também por recusa de sujeição que aqui está sendo considerada na perspectiva da vassalagem acadêmica.

Em outra seleção de professor havia uma candidata vinculada a determinado feudo acadêmico. Na banca do concurso, até mesmo os membros externos conheciam e tinham vinculação teórica com a ex-orientadora de uma das candidatas. Na etapa de avaliação constituída pela leitura pública da prova escrita a orientadora entrou solenemente no auditório e foi se sentar na frente da banca, quase dizendo em alto e bom tom que a vaga do concurso deveria ser preenchida por alguém que ela havia formado no seu feudo. Uma pessoa que estava presente no evento ficou estarecida diante da cena, chegando a comentar com outras colegas.

A princípio, não há nenhum problema legal com as preferências pessoais em determinados pleitos. Se o (a) candidato (a) reúne as condições objetivas para o exercício da função, é muito bom que ele (a) seja o (a) preferido (a). No entanto, nem sempre esse é o caso, pois o que se busca é mais do mesmo argumento, da mesma teoria, da mesma performance dentro da universidade, a fim de fortalecer um feudo e enfraquecer outro, evitando disputas e dissenso. Aliás, o dissenso é o “patinho feio” tanto no interior do feudo quanto na relação entre eles. A disputa e a dimensão crítica não podem resultar em dissenso para não trazer fissuras e reduzir a produtividade acadêmica em seu interior. Por isso, a condição de vassalo é pouco propícia às insurgências e ao protagonismo. A vassalagem não tem voo próprio até que se torne arrendatária de um território acadêmico.

Quem é vassalo (a) de um determinado feudo tem como tarefa fundamental adensar a produção de conhecimento, evitando críticas e rupturas com as perspectivas teóricas hegemônicas. Essa é uma condição importante no momento de acessar os benefícios que podem ser obtidos, como progressão com base em publicações e notoriedades acadêmicas. Nesse sentido, vale ressaltar que muitas vezes não são apenas a trajetória e a qualidade da produção acadêmica que contam em um momento de seleção de professores (as), mas os vínculos teóricos e pessoais anteriormente estabelecidos. Além disso, há um tom de voz, um tipo de origem social e racial, uma maneira de apresentar-se e uma ordenação cartesiana dos argumentos que são desejáveis e elegíveis. Corpos de negros (as) ativistas e de origem popular ainda são considerados inadequados e excluídos da pós-graduação e da docência no nível superior de ensino.

O princípio ético-filosófico da alteridade como alternativa à vassalagem acadêmica

O desenvolvimento de um conceito recorrendo a um sistema que funcionou no período medieval para interpretar fatos relativos a uma experiência universitária exige uma contrapartida de fôlego teórico e hermenêutico. Não é eticamente aceitável que a vassalagem acadêmica seja a única alternativa para as relações presumidamente simétricas na universidade, mas efetivamente assimétricas. Por mais que as pessoas advoguem em prol de relações horizontalizadas e não verticalizadas, dentro do ambiente acadêmico as pessoas não estão no mesmo nível de relação com a teoria, de construção de desenho de pesquisa e utilização de métodos de investigação, de percepção e de conhecimento da realidade, de desenvolvimento de uma boa escrita acadêmica para elaboração de artigos científicos etc. Sempre haverá necessidade de mestres (as) para ensinar e aprender as melhores estratégias para uma boa inserção no ambiente acadêmico. O verdadeiro interesse em contribuir para o desenvolvimento do espírito crítico, da construção de novos saberes e da emancipação política não combina com a formação de séquitos e essa relação de sujeição política e existencial que é a vassalagem acadêmica. Para seguir por esse itinerário, a assunção de relações amparadas pelo princípio da alteridade, compreendido como um conceito filosófico, será uma boa alternativa.

O conceito de alteridade, embora não tenha sido inventado por Emmanuel Lévinas³, pode ser considerado “o ponto arquimediano”⁴ de sua reflexão filosófica. É através desse conceito, pensado na perspectiva da ética da alteridade, que o filósofo lituano produz sua crítica radical à tradição filosófica clássica, que elegeu a Ontologia como filosofia primeira. Na compreensão de Lévinas, a primazia do ser na Ontologia Clássica resulta no movimento de reduzir o Outro ao mesmo, ou seja, não há lugar para a diferença porque o diferente só pode existir a partir do mesmo. Com sua reflexão sobre a ética da alteridade, Lévinas expressa sua “intenção profunda e seu esforço constante em superar o logos helênico-ocidental e em preconizar o testemunho da tradição profética como caminho para submeter-se à invocação do outro” (VAZ, 1992: 87). É nesse mesmo sentido que Ulpiano Vázquez Moro afirma que seu “intento exige la subversión del eidos griego y substitución por el hebraico” (MORO, 1982: 40). O que a Ontologia Clássica evidencia com o primado do ser é apenas uma hipóstase, o ser aí em seu existir solitário e egocêntrico. Conforme o próprio Lévinas,

a explicação do sentido que um outro eu, que não eu, tem para mim – eu primordial – descreve o modo pelo qual Outrem me arranca da minha hipóstase, do aqui, do coração do ser ou do centro do mundo onde, privilegiado e, neste sentido, primordial eu me coloco. (LÉVINAS, 2010: 113)

O que Lévinas pretende como filosofia primeira é a ética da alteridade, porque através dessa perspectiva é possível a “epifania do rosto” do outro como constitutiva do próprio ser. Seu problema é afirmação da primazia do ser como base da filosofia primeira. É em razão dessa perspectiva que ele toma a tradição do profetismo hebraico, no que se refere à responsabilidade que o profeta assume

³ Embora o nome de Emmanuel Lévinas não leve acento, as traduções brasileiras realizadas pela editora Vozes acentuou o Lévinas. É em razão disso que o Lévinas aparece com acento quando a citação é extraída de obras traduzidas por essa editora.

⁴ Ponto em que o peso de um objeto se equipara ao peso da coluna de água deslocada por ele.

pelos estrangeiros, os órfãos e as viúvas, como o outro desamparado daquela sociedade. Conforme a filósofa portuguesa Etelvina Pires Lopes Nunes:

Levinas utiliza o método fenomenológico enquanto ele parte da própria realidade e não da ideia ou do conceito; mas o que faz com ele, sendo ao mesmo tempo um fenomenólogo, não reduz a sua filosofia a uma pura fenomenologia é o facto de ter escolhido como centro do seu pensar, do seu filosofar, **uma realidade como o rosto**. (NUNES, 1991: 7, grifo meu)

Ainda de acordo com Nunes (1991: 7), “aquilo que mais conta no rosto não é o empírico ou o fenomênico, mas a significação que dele emana.” A partir de uma abordagem filosófica que toma a realidade concreta e sensível, e não um conceito, como objeto de investigação e análise, Lévinas contribui para uma reviravolta crítica na reflexão filosófica no Ocidente. A sua crítica à filosofia ocidental refere-se a uma aventura que vai de Aristóteles a Heidegger, com um pensamento do ser que reduz tudo ao idêntico (LÉVINAS, 2010: 98). Nesse sentido ele se refere a Aristóteles como fundador da Metafísica Ocidental, que denominou como a Primeira Filosofia o estudo do ser enquanto ser. Refere-se também a Heidegger em razão da sua obra “Ser e Tempo”. Seu objetivo é discutir e criticar a maneira como a Filosofia foi enfeitada pela primazia do ser. “No ser, uma transcendência revelada inverte-se em imanência, o extraordinário insere-se numa ordem, o Outro é absorvido no Mesmo” (LÉVINAS, 2012: 61).

Em sua obra clássica intitulada “Totalidade e Infinito”, Levinas afirma, já no Prefácio, que no rosto de outrem temos a situação de transcendência que “rigorosamente desenvolvido, exprime-se pelo termo de infinito” (LÉVINAS, 2013: 11). Com efeito, ele também afirma que “a relação entre o Mesmo e o outro nem sempre se reduz ao conhecimento do Outro pelo Mesmo, nem sequer à *revelação* do outro ao Mesmo, já fundamentalmente diferente do desvelamento” (LÉVINAS, 2013: 14). Em sua crítica à perspectiva de objetividade de pensamento filosófico que elege a experiência como *locus* de sua expressão, o filósofo lituano afirma que:

O infinito extravasa o pensamento que o pensa. Nesse extravasamento, produz-se precisamente a sua própria *infinição*, de modo que será preciso exprimir a relação com o infinito por outros termos que não em termos de experiência objectiva. Mas se experiência significa precisamente relação com o absolutamente outro - isto é, com aquilo que extravasa sempre o pensamento - a relação com o infinito completa a experiência por excelência. (LEVINAS, 2013: 11-2)

A experiência aqui postulada é algo que pressupõe uma relação que não é apenas uma saída de si para encontrar o outro, mas o encontro do outro em si, como hospitalidade. A partir da defesa de uma concepção de subjetividade bem distinta daquela que seria captada “...ao nível do seu protesto puramente egoísta contra a totalidade, nem na sua angústia perante a morte, mas como fundada na ideia de infinito” (LÉVINAS, 2013: 12). A reflexão filosófica levinasiana, além de afirmar o primado do infinito, descreve “...como o infinito se produz na relação do Mesmo com o Outro” (LÉVINAS, 2013: 12), opondo-se, assim, a toda e quaisquer perspectivas de subsunção do outro no mesmo. Dessa maneira, a concepção de subjetividade afirmada e defendida em seu livro “Totalidade e Infinito”, pressupondo o acolhimento de Outrem como hospitalidade, é onde se consuma a ideia do infinito (LÉVINAS, 2013: 13).

É em torno da ideia da hospitalidade de Outrem no Mesmo e não na sua subsunção ou redução que Emmanuel Lévinas fundamenta sua Ética da Alteridade com as noções de responsabilidade e justiça extraídas da tradição judaica no Antigo Testamento Bíblico, através da defesa que os profetas fazem do pobre, do

órfão, da viúva e do estrangeiro que, desamparados, vivem ameaçados de morte. Conforme Luis Carlos Susin (1984: 201), em sua tese de doutorado e primeira obra sobre Lévinas publicada no Brasil, “o pobre, o órfão, a viúva e o estrangeiro são modelos concretos de alteridade. E como alteridade, o reconhecimento não consiste em vê-los iguais a mim, mas **diferentes** [sic] de mim”. É nesses diferentes que Lévinas identifica o apelo em termos de responsabilidade e de justiça.

O argumento fundamental em favor da ética como filosofia primeira está baseado em uma exigência da justiça através de uma ação ética implicada na responsabilidade por outrem. Conforme a leitura de Luciano Costa Santos (2007: 161): “Outrem é, como qualquer ‘outro’, o avesso da identidade do mesmo”. Na afirmação da tese de que “não há um si sem um outro que o convoque à responsabilidade”, Paul Ricoeur (1991: 219) caracteriza Lévinas como um filósofo que ousou substituir e derrubar a fórmula “não há diverso de si sem um si” (RICOEUR, 1991: 219).

Um testemunho importante sobre a obra de Emmanuel Lévinas, sua mudança de perspectiva em relação à tradição filosófica e sua repercussão que vai para além da França e da Europa, encontra-se registrado em um texto de Jacques Derrida, que o compreende como “um outro pensamento sobre a ética, sobre a responsabilidade, sobre a justiça, sobre o Estado, etc. [...] um pensamento mais novo que tantas novidades, porque ele se ordena à anterioridade absoluta do rosto do outro” (DERRIDA, 2004: 18). Assim, podemos afirmar que em Lévinas “o rosto é o lugar no qual se supera o pensar como o pensamento do igual, como atividade que intenciona um objeto” (CASALONE, 1993: 345). É nesse sentido que ele próprio afirma:

A verdadeira essência do homem apresenta-se no seu rosto, em que ele é infinitamente diferente de uma violência semelhante à minha, oposta à minha e hostil e já em luta com a minha num sentido histórico em que participamos no mesmo sistema. Ele detém e paralisa a minha violência pelo seu apelo que não faz violência e que não vem de cima. (LEVINAS, 2013: 287)

Para Lévinas (2011: 75), a alteridade já aparece no próprio seio da vida social em nossa relação com o Outro, enquanto um Outro não é somente um *alter ego*, ele é aquilo que eu não sou. Não em razão de seu caráter, sua fisionomia, ou de sua psicologia, mas de sua alteridade mesma⁵. No rosto temos a epifania do Outro. Em “Humanismo do outro homem”, Lévinas afirma que “o rosto é, por si mesmo, visita e transcendência. Mas o rosto, todo aberto, pode ao mesmo tempo, estar em si mesmo, porque está no vestígio da ‘eleidade’ [de Ele]” (LÉVINAS, 2012: 67). Para nosso filósofo da alteridade, “na sensibilidade concreta entre o eu e o ‘outro’ do eu, a relação inicial não teria sido oposição ou radical distinção, mas *expressão*, expressão do um no outro, acontecimento cultural, fonte de todas as artes” (LÉVINAS, 2010: 209).

Como fonte de todas as artes na cultura, a alteridade tanto na sua compreensão quanto na sua afirmação constitui-se como apelo de justiça no campo da educação, sobretudo naquilo que se refere aos códigos e símbolos culturais que são constitutivos do outro. Isso porque as marcas que se apresentam no rosto do outro, seja como apelo de responsabilidade ou de justiça, têm uma história que remete para um universo de sentido do infinito. Toda tentativa de apagamento ou esquecimento desse infinito do rosto do outro é assassinato, para Levinas. É jus-

⁵ “Autrui en tant qu’autrui n’est pas seulement un alter ego; il est ce que moi, je ne suis pas. Il l’est non pas en raison de son caractère, ou de sa physionomie, ou de sa psychologie, mais en raison de son altérité même.” (LEVINAS, 2011: 75)

tamente diante dessa possibilidade real da morte como um evento em que o sujeito não é dono, que ele apresenta o interdito judaico: “Não matarás!”. Esse interdito se apresenta em sua rigorosidade diante do face a face. Frente a essa exterioridade que é compreendida com alteridade é que nosso autor afirma: “O frente a frente – relação última e irreduzível que nenhum conceito pode abranger sem que o pensador que pensa tal conceito se encontre de imediato em face de um novo interlocutor – torna possível o pluralismo da sociedade” (LÉVINAS, 2013: 288).

A vassalagem acadêmica como uma prática de sujeição e eliminação do Outro

Quem é esse outro deixado de fora no processo de seleção para o mestrado em Filosofia por uma diferença de dois décimos? Qual é a significação que seu rosto apresenta para os responsáveis pelo certame? Será que sua proposta se configura como uma ameaça à hegemonia do grupo?

Quando entramos em um processo seletivo regulamentado por edital imaginamos que seremos avaliados pelo que está estabelecido como critérios de pontuação e como exigência de classificação. Para além de toda a documentação previamente enviada, conforme o objeto tratado na norma editalícia, existem critérios não explícitos que podem funcionar em um processo seletivo. Vejamos como se configuram os critérios explícitos e os implícitos:

(I) A exigência explícita é de que o(a) candidato(a) tenha concluído a graduação e a pós-graduação em determinada área de conhecimento. No entanto, a instituição que emitiu essa certificação, o currículo e o fenótipo do(a) candidato(a) serão implicitamente avaliados, se existir no processo seletivo um momento em que a banca examinadora possa perguntar sobre a trajetória de formação e sobre a relação do candidato com a área do concurso.

(II) A pontuação obtida nas etapas de avaliação é realizada conforme regimento publicizado, porém o perfil de candidato(a) desejável para ocupar a vaga muitas das vezes não é pontuado por um barema que pode ser publicizado, pois essa discussão se dá por meio de critérios objetivos e subjetivos.

(III) A idade da pessoa, a classe social, a raça, a religião, o gênero e a sexualidade, mesmo diante de políticas afirmativas como cotas, constituem-se em marcadores da diferença que podem ser utilizados como critérios explícitos e implícitos em processos avaliativos para incluir ou excluir determinados(as) candidatos(as).

(IV) O tempo transcorrido entre as etapas de formação e o certame será pontuado objetivamente a partir das experiências e atividades certificadas e subjetivamente por aquilo que se avalia como produtos que poderão ser entregues.

Essa é uma avaliação que, geralmente, poderá ser realizada por pessoas que se dizem críticas de processos excludentes, que dizem operar com o princípio da justiça e gostam de ostentar “atestados de limpidez ideológica” (RIBEIRO, 2013: 206). No entanto, no ambiente acadêmico, em processos seletivos, essas pessoas usam critérios nada republicanos para excluir sujeitos que se apresentam com um perfil bem distinto daquele que espera de alguém disposto (a) a se tornar vassalo em seu território. As expectativas do sujeito, tal como o apelo do seu rosto, não importam. Há um receio de que ele(a) signifique uma ameaça à ordem e aos privilégios do lugar ocupado por quem realiza o certame. Não há interesse em selecionar alguém que é identificado como uma possibilidade de dissenso e contraponto ao feudo acadêmico já estabelecido.

Se a história de vida, o temperamento humano e o ativismo político da pessoa indicarem que se trata de alguém que costuma problematizar práticas naturalizadas como o racismo, então as chances de reconhecimento e de valorização desse perfil serão mínimas. No caso de se tratar de alguém oriundo de um núcleo de formação e de um movimento social que tenham abordagens teóricas e políticas distintas das hegemônicas não haverá nenhum interesse pelo seu acolhimento. Esse é o destino dos corpos de negros(as) e de pessoas que “o sistema não se acostumou com sua presença ou com a sua dimensão física” (HOOKS, 2013: 181) em um território acadêmico. Dessa maneira, caso não seja possível conduzi-lo(a) a desistir do certame, será discretamente eliminado(a) do processo. Esse foi o destino de muitos(as) militantes do movimento social negro.

Esse modo de exclusão e esse tipo de eliminação podem ser interpretados na chave do conceito de “epistemicídio” como um elemento constitutivo do dispositivo de racialidade elaborado pela filósofa e ativista Sueli Carneiro. Conforme suas reflexões, nas universidades brasileiras, isso se manifesta por meio do “antagonismo entre discurso militante e discurso acadêmico, através do qual o pensamento do ativismo é desqualificado como fonte de autoridade para o saber sobre o negro, enquanto do discurso do branco sobre o negro é legitimado” (CARNEIRO, 2023: 48). Ao abordar a filosofia prática de Sueli Carneiro, por meio de um Posfácio, a filósofa Yara Frateschi afirma que “por meio do epistemicídio, o dispositivo de racialidade ganha eficácia na perpetuação do racismo ao inferiorizar a intelectualidade das pessoas negras e recusar sua autoridade enquanto sujeitos do conhecimento” (FRATESCHI, 2023: 375). Além da resistência política e da construção de outras formas de saber fora dos muros da universidade, ainda não conseguimos um interdito com a força moral e legal de um “não matará” que possa servir tanto para os corpos físicos quanto para o conhecimento do Outro.

Ao decidir ingressar em um feudo acadêmico, o sujeito não tem escolhas senão adequar seu perfil, suas expectativas e suas abordagens teóricas e políticas ao paradigma científico cultural em funcionamento. Isso significa deixar de ser o que de fato a pessoa é: crítica, questionadora, espontânea e irreverente, para se tornar alguém fiel e leal ao *modus operandi* do grupo. Não há lugar para insurgências, pois a obediência cega e a subserviência devotadas à liderança são condições de possibilidade para sua integração na vida do grupo. Em termos da reflexão levinasiana esse tipo de sujeição pode ser interpretado como a morte do Outro que não aceita e nem consegue se enquadrar e ser subsumido ao sistema proposto.

Essa relação de sujeição é bem distinta da emancipação que se pretende por meio da formação de intelectuais críticos (as) e autônomos (as), pois exige a presença de “corpos dóceis” como asseverou Foucault (1987) em sua obra *Vigiar e punir*. Em processos seletivos como os que foram apresentados anteriormente, o que se busca é a presença de alguém que faça parte de um séquito e que não se torne uma ameaça ao que está estabelecido pelo perfil desejado e não apenas aquele explicitado no edital. Esse tipo de prevaricação que visa atender interesses pessoais é, vergonhosamente, praticado em concursos públicos de universidades brasileiras. Certa vez fui convidado para uma banca de concurso em que já havia alguém indicado para ocupar a vaga. A minha recusa foi acompanhada de uma pergunta categórica: se já havia uma deliberação sobre quem deveria ser aprovado, por que motivo compor uma banca de avaliação?

Polarizar o perfil de candidatos publicizado em editais com aquele que é desejado e discutido nos grupos, nas linhas de pesquisas e nos corredores de instituições acadêmicas não é algo tão simples. Entrar com recursos institucionais e judiciais denunciando e acusando a prevaricação de servidores públicos, além de

serem procedimentos que resultam em exposição pública, terminam contribuindo para aumentar os estigmas que militantes e ativistas de todas as causas recebem. No entanto, há sujeitos que, existencialmente, se recusam a aceitar as relações de subordinação vassálicas e enfrentam o colonialismo, eurocentrismo e as diversas manifestações de racismo, machismos e sexismo em outros territórios de disputas coletivas, políticas e teóricas. Esse foi o caso da médica negra, ativista e feminista Fátima Oliveira⁶, uma das testemunhas da investigação realizada por Sueli Carneiro (2023), que com o seu trabalho sobre saúde da população negra tornou-se a referência do movimento social utilizada inclusive pela universidade.

Considerações finais

Embora vassalagem seja um termo pertencente ao “léxico feudal” em instituições do Medievo, seu uso e suas relações são passíveis de identificação em variados contextos e realidades. Como bem afirmou o historiador José Mattoso (1988), trata-se de um termo utilizado em inúmeras situações da vida cotidiana. A caracterização de grupos e linhas de pesquisas como “feudos acadêmicos” tem sido bastante usada em termos pejorativos em contextos universitários. No contexto de críticas ao colonialismo o uso de um termo que remete ao tempo do feudalismo pode parecer bastante anacrônico. No entanto, o tipo de relação política e existencial de sujeição, marcado por exigências de lealdade e fidelidade a um determinado grupo ou linha de pesquisa/área de conhecimento no meio acadêmico possibilitou a identificação de relações de vassalagem acadêmica.

O conceito de alteridade, ao contrário do conceito de vassalagem acadêmica, já se encontra plenamente desenvolvido, sobretudo pelo filósofo lituano Emmanuel Lévinas. Trata-se de um princípio ético-político de acolhimento, de respeito e de valorização do Outro, o diferente. A convivência e a aceitação do pluralismo da sociedade e de ideias, de práticas e de sujeitos da universidade requerem dispositivos conceituais que fundamentem atitudes éticas e políticas que sejam ao mesmo tempo críticas e emancipatórias. Não dá para repetir como papagaios teorias que criticam o eurocentrismo da universidade reproduzindo práticas de sujeição que abafam a possibilidade de dissensos, afastam e segregam pessoas diferentes, simplesmente porque elas se recusam a aceitarem relações vassálicas e a repetir o mais do mesmo em termos de abordagens teóricas, posicionamento político e comportamento humano.

As relações entre estudantes e professores (as), técnicos (as) e pesquisadores (as) não são simétricas, mas marcadas por níveis diferenciados de desenvolvimento de competências e de habilidades que têm a ver com as trajetórias pessoais. As assimetrias que marcam essas relações não podem servir de base para relações políticas e existenciais de sujeição, como é o caso da vassalagem acadêmica. Os marcadores sociais da diferença dos sujeitos têm a ver com histórias de vida, com pertencimentos identitários e com modo de ser e existir no mundo, não deveriam servir para produzir ostracismos.

É possível que alguém afirme que as experiências e vivências mencionadas como expressão de vassalagem acadêmica não são suficientes para sustentar a relação de sujeição referida. No entanto, outras vivências importantes foram dei-

⁶ Tive a oportunidade de participar de duas homenagens para Fátima Oliveira, com quem pude compartilhar amizade e conhecimentos. Em uma das homenagens, eu fui o organizador na Casa do Jornalista de Belo Horizonte (23/11/2017) e a outra homenagem foi promovida pela Casa Sueli Carneiro (19/06/2022) disponibilizada no YouTube (<https://www.youtube.com/live/kBfpimCBQgM?si=CdFV959FxCydxPnR>).

xadas de lado para um melhor desenvolvimento posterior. A resposta para a pergunta fundamental dessa reflexão que indaga como a vassalagem acadêmica se torna um tipo de uma relação política e existencial de sujeição que abafa o dissenso, nega a alteridade, impede o desenvolvimento do espírito crítico e da emancipação política, ainda carece de discussão e uma sistematização mais elaborada.

Todavia, há aqui, nessas conclusões preliminares, a crença de que o entendimento e a assunção do princípio da alteridade no meio acadêmico podem contribuir para uma disciplina intelectual que oriente e conduza relações que valorizem as diferenças, evitando, assim, que tenhamos sempre o mais do mesmo.

Compreendo que a história da universidade no Ocidente terá de ser sempre visitada, não como único espaço e tempo de sistematização e produção de saberes e conhecimento, mas, sobretudo, como um patrimônio responsável por um tipo de disciplina intelectual importante para análises críticas e emancipação política. Os saberes que os teóricos e ativistas dos movimentos sociais estão produzindo não pretendem suplantar aqueles que se produzem no meio acadêmico, mas provocar convergências e divergências na chave do diálogo com a alteridade.

No ritual da banca de Professor Titular da Carreira do Magistério Superior (05/08/2022), o professor Luiz Alberto de Oliveira Goncalves (*In Memoriam*) e as professoras integrantes apresentaram convergências e divergências diante do texto que apresentei. Fiz algumas modificações para submeter a este dossiê. Ao término destas considerações finais, além de citar nominalmente o professor Luiz Alberto, que foi meu orientador de mestrado, quero ressaltar, como forma de agradecimento póstumo, o testemunho que a professora Magda Soares me escreveu por e-mail após a leitura do Memorial:

Desde os dias de nossos eventuais encontros nos corredores da Faculdade de Educação, eu admirava sua lucidez, e fui acompanhando de longe sua trajetória de militância, em ações e publicações. Neste meu fim de vida, prestes a fazer 90 anos, é uma alegria ter cruzado seu caminho e saber que tive pelo menos um pequenino lugar em sua vida. Orgulho-me, em meu nome e do meu querido e saudoso Neidson (Rodrigues), por seu sucesso na vida acadêmica e pela contribuição que você tem dado não só a ela, mas às nossas lutas pela igualdade e contra os preconceitos. Receba minha gratidão por compartilhar comigo seu excelente e enriquecedor memorial e meus agradecimentos por você ainda me manter nas lembranças do seu passado. (SOARES, 2022: 1)

Os relatos apresentados neste ensaio poderiam dar a impressão de que se trata das memórias de alguém decepcionado com a academia. No entanto, o testemunho oferecido por uma pessoa com a estatura e notoriedade acadêmica da saudosa professora Magda Soares afirma um sentido diferente. O recurso heurístico da reflexão de Lévinas aponta para um horizonte possível de ser vislumbrado. A universidade e as relações acadêmicas produzem práticas distintas de vassalagem, tais como o reconhecimento da lucidez e a valorização de subjetividades in-submissas, o respeito a trajetórias de militância nas lutas sociais por igualdade e contra os preconceitos. Estes são os desdobramentos que desejo alcançar com este ensaio.

Recebido em 29 de fevereiro de 2024.
Aprovado em 5 de agosto de 2024.

Referências

- BARROS, José D'Assunção. A escolástica: consideração sobre sua unidade e diversidade interna. *Mirabilia*, 1 (16): 156-169, 2013.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CASALONE, Carlo. Lévinas: Ética e Filosofia no pensamento pós-moderno. *Síntese Nova Fase*, 20 (62): 341-354, 1993.
- DERRIDA, Jacques. *Adeus a Emmanuel Lévinas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FRATESCHI, Yara. "Posfácio". In: CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. pp. 373-387.
- HEERS, Jacques. O Ocidente nos séculos XIV e XV: aspectos econômicos e sociais. São Paulo: Pioneira/EdUSP, 1981.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- LÉVINAS, Emmanuel. *Totalidade e Infinito: ensaio sobre a exterioridade*. Lisboa: Edições 70, 2013.
- LÉVINAS, Emmanuel. *Humanismo do outro homem*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- LÉVINAS, Emmanuel. *Le temps et l'autre*. Paris: PUF/ Quadrige, 2011.
- LÉVINAS, Emmanuel. *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*. 5ª edição. Trad. Pergentino S. Pivato et al. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MATTOSO, José. *O léxico feudal*. Lisboa: Quetzal Editores, 1988.
- MONROE, Paul. *História da educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- MORO, Ulpiano Vázquez. *El discurso sobre Dios en la obra de E. Lévinas*. Madrid: Universidade Pontificia Comillas, 1982.
- NUNES, Etelvina Pires Lopes. O rosto e a passagem do infinito. *Revista Portuguesa de Filosofia* (Braga), XLVII (1): 5-42, 1991.
- OLIVEIRA, Terezinha. Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional. *Varia História*, 23 (37): 113-129, 2007.
- RICOEUR, Paul. *O si mesmo como um outro*. Trad. Lucy Moreira Cesar. São Paulo: Papirus, 1991.
- RIBEIRO, Darcy. *Ensaio insólitos*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

SANTOS, Pereira dos. “Alteridade e diversidade no currículo escolar: a propósito das relações étnico-raciais no currículo de Pedagogia e de formação de professores”. In: BACKES, J. L.; PAVAN, R. (org.). *Relações étnico-raciais, gênero e desigualdade social na escola básica*. Campinas: Mercado de Letras, 2016. pp. 179-204.

SANTOS, Luciano Costa. *A sensibilidade como paradigma ético em Emmanuel Levinas*. Tese (Doutorado em Filosofia), PUCRS, 2007.

SOARES, Magda. Memorial Erisvaldo. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por erisvaldosantos@yahoo.com.br em 10 jun. 2022.

SPANIOL, Werner. *Filosofia e método no segundo Wittgenstein*. São Paulo: Loyola, 1989.

SUSIN, Luiz Carlos. O homem messiânico: uma introdução ao pensamento de Emmanuel Levinas. Porto Alegre: EST; Petrópolis: Vozes, 1984.

VAZ, Henrique Claudio de Lima. *Escritos de Filosofia VII: raízes da modernidade*. São Paulo: Loyola, 2002.

VAZ, Henrique Claudio de Lima. *Escritos de Filosofia V: introdução à Ética Filosófica*. São Paulo: Loyola, 2000.

VAZ, Henrique Claudio de Lima. *Escritos de Filosofia: problemas de fronteiras*. São Paulo: Loyola, 1986.

VOLUME 12
NÚMERO 29
(MAI./AGO.2025)

ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

PRAZO FINAL
DE SUBMISSÃO:
30 DE ABRIL
DE 2025

CHAMADA DE ARTIGOS

DOSSIÊ TEMÁTICO:

MÍDIAS DIGITAIS E SUAS
IMPLICAÇÕES NA VIDA COTIDIANA:
CONTRIBUIÇÕES ANTROPOLÓGICAS

COORDENADORXS:

DRA. CAROLINA PARREIRAS (USP)

DRA. LARA ROBERTA RODRIGUES FACIOLI (UFPR)

Este dossiê temático tem como objetivo principal reunir investigações sobre as complexas relações entre cultura, sociedade e mídias digitais. Pretende abordar uma variedade de tópicos interligados, incluindo a mídiatização de diferentes aspectos da vida social, os chamados processos de plataformização e digitalização da vida, o desenvolvimento dos formatos de comunicação digital, a influência das mídias nas identidades individuais e coletivas, os aspectos metodológicos em torno da realização de pesquisas que se utilizam (ou tomam como foco) o digital, e questões éticas relacionadas à privacidade e à participação digital. Assim, buscamos compreender como a mídiatização afeta e é afetada por diversas esferas sociais, examinando suas implicações culturais, políticas e nos processos de subjetivação. Além disso, exploraremos como as mídias digitais estão moldando as formas de comunicação e interação entre indivíduos e comunidades, bem como seu papel no ativismo e na mobilização políticas que constituem esses territórios, assim como sobre os efeitos antropológicos de estar, ou ter estado, neles.

28

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso